

PROCESSO TCE/AC 128.749
ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017.
RESPONSÁVEL: Aduino Ferreira de Albuquerque
CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – AC-922
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.695/2020 PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE. Exercício de 2017. Irregular. Recomendações. Arquivamento dos Autos.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **Decisão: 1)** Nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017, de responsabilidade do senhor **Aduino Ferreira de Albuquerque**, Diretor-presidente à época, valendo como irregularidades: **1.1)** Não encaminhamento de documentos para o sistema SIPAC (atualização/registro de bens imóveis, demonstrativo informando o montante da dívida trabalhista e tributária e plano de investimento em entidades privadas); **1.2)** Registro contábeis sem justificativas e sem as devidas comprovações de seus valores; **1.3)** Pagamentos de serviços contábeis executados em 2016 no valor de R\$ 6.500,00 sem a observância do princípio da anualidade; **1.4)** Pagamentos de locação e manutenção de sistema de contabilidade executados em 2016 no valor de R\$ 1.600,00 sem a observância do princípio da anualidade; **1.5)** Não cadastramento no LICON dos contratos de prestação de serviços (Manoel Wanes Machado Peres – ME) e locação de sistemas contábeis (J & w Contabilidade e Sistema Ltda) efetivadas em 2017; **1.6)** Inconsistências contábeis (Ativo Não Processo TCE nº 128.749 Acórdão 11.695/2020/Plenário/TCE-AC **Pág. 1 de 7**

circulante do balanço patrimonial, os registros efetivados na DRE e o Anexo 16-A); **2)** Pela aplicação de multa sanção no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais) ao senhor Adauto Ferreira de Albuquerque, diretor presidente à época, em decorrência das irregularidades apontadas; **3)** Pela aplicação de multa sanção no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais) ao contador Manoel Wanes Machado Peres em razão das infringências as normas contábeis; **4)** Pela notificação do responsável do resultado deste julgamento. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 30 de janeiro de 2020.

**Cons. Antônio Cristóvão Correia de
Messias**
Presidente

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

Cons. José Augusto Araújo de Faria

Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Cons. Antônio Jorge Malheiro

Cons^a. Dulcinéia Benício de Araújo

Cons^a. Naluh Maria Lima Gouveia

Fui presente:

Dr. João Izidro Melo Neto
Procurador-chefe MPC

PROCESSO TCE/AC 128.749
ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017.
RESPONSÁVEL: Aduino Ferreira de Albuquerque
CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – AC-922
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017, de responsabilidade do senhor **Aduino Ferreira de Albuquerque**, Diretor-presidente à época dos fatos.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatórios técnicos de fls.: 144/158; 175/187.
3. Citações às fls. 162/ 165.
4. Os responsáveis não apresentaram defesas
5. Pronunciamento do Ministério Público Especial às fls. 191/193.

É o sucinto relatório.

Rio Branco – Acre, 30 de janeiro de 2020.

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

PROCESSO TCE/AC 128.749
ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017.
RESPONSÁVEL: Adauto Ferreira de Albuquerque
CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – AC-922
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Da análise final (fls. 175/187) foram constatadas inconsistências que ensejaram o pedido de irregularidade das contas em face:

1.1. Do não encaminhamento de documentos para o sistema SIPAC (atualização/registro de bens imóveis, demonstrativo informando o montante da dívida trabalhista e tributária e plano de investimento em entidades privadas – subitem 3.1).

1.2. Do registro contábil recorrente de “adiantamento de férias” e “adiantamento de 13º salário” sem a respectiva comprovação de baixa ou recuperação (subitem 3.2).

1.3. Do registro contábil recorrente de “contas a receber de usuários” (conta “departamento de água e saneamento” – subitem 3.3).

1.4. De pagamentos de serviços contábeis executados em 2016 no valor de R\$ 6.500,00 sem a observância do princípio da anualidade (subitem 3.4).

1.5. De pagamentos de locação e manutenção de sistema de contabilidade executados em 2016 no valor de R\$ 1.600,00 sem a observância do princípio da anualidade (3.5).

1.6. Do não cadastramento no LICON dos contratos de prestação de serviços (Manoel Wanes Machado Peres – ME) e locação de sistemas contábeis (J & w Contabilidade e Sistema Ltda) efetivadas em 2017 (subitem 3.6).

- 1.7. Das inconsistências contábeis (Ativo Não circulante do balanço patrimonial, os registros efetivados na DRE e o Anexo 16-A – subitens 3.7 e 3.8).
2. Em proposta de encaminhamento (item 4 do relatório conclusivo de fls. 175 a 187) a unidade técnica opinou pela irregularidade das contas e ainda:
- 2.1. Pela aplicação de multa ao então Gestor em face das inconsistências dos subitens 3.1 a 3.8 do relatório conclusivo, conforme subitens 1.1 a 1.7 deste VOTO.
- 2.2. Pela aplicação de multa ao contador em face das inconsistências dos subitens 3.2, 3.3, 3.7 e 3.8 do relatório conclusivo, conforme subitens 1.2, 1.3 e 1.7 deste VOTO.
- 2.3. Pela determinação a atual Gestão da SANACRE que adote medidas para correções das falhas contábeis catalogadas em observância as normas contábeis em vigor.
- 2.4. Notificar os responsáveis para conhecimento do teor da decisão a ser proferida por esta Corte de Contas.
3. Em parecer o Ministério Público de Contas também acompanhou a opinião da área técnica, *in verbis*:
- 4.

I - Pela emissão de Acórdão considerando **IRREGULAR** as contas da **Companhia de Saneamento do Estado do Acre – SANACRE**, exercício de 2017, de responsabilidade do senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque**, diretor Presidente, com fundamento na alínea “b”, do inciso III, do artigo 51 da LCE nº 38/1993;

II - Pela **aplicação de multa** sanção ao senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque**, diretor Presidente à época, dosada pelo Plenário, em decorrência das graves infringências às normas legais, verificadas nos autos e dispostas neste parecer, consoante disposto no inciso II, do artigo 89 da LCE nº 38/1993;

III - Pela **aplicação de multa** sanção ao senhor **Manoel Wanes Machado Peres**, responsável contábil, dosada pelo Plenário, em decorrência das graves infringências às normas legais de regência da matéria, relacionadas diretamente às atribuições de seu cargo¹, consoante disposto no inciso II, do artigo 89 da LCE nº 38/1993; e,

IV - Pela **notificação da atual gestão** da SANACRE, a fim de que, em **prazo** a ser-lhe assinado, **providencie os ajustes necessários nos saldos das contas contábeis ora registradas nesta instrução**, caso ainda persistam as inconsistências aqui catalogadas, sob a estrita observância das normas

¹ Itens 2, 3, 7 e 8 deste pronunciamento.

legais e regulamentares correlatas, a fim de que os demonstrativos possam ser considerados fidedignos e aptos ao regular exercício do controle externo, de tudo **dando ciência** a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade.

5. Vale frisar que os responsáveis não apresentaram defesas em que pese a regular citação, conforme certidões de fls. 164 e 165.

6. Da análise dos autos constata-se que de fato há inconsistências que ensejam a irregularidades das contas, mas sem devoluções de valores conforme relatórios técnicos e parecer ministerial.

7. Ante o exposto, nos relatórios técnicos e no parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas, **VOTO**:

7.1. Nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017, de responsabilidade do senhor **Adauto Ferreira de Albuquerque**, Diretor-presidente à época, valendo como irregularidades:

7.1.1. Não encaminhamento de documentos para o sistema SIPAC (atualização/registro de bens imóveis, demonstrativo informando o montante da dívida trabalhista e tributária e plano de investimento em entidades privadas).

7.1.2. Registro contábeis sem justificativas e sem as devidas comprovações de seus valores.

7.1.3. Pagamentos de serviços contábeis executados em 2016 no valor de R\$ 6.500,00 sem a observância do princípio da anualidade.

7.1.4. Pagamentos de locação e manutenção de sistema de contabilidade executados em 2016 no valor de R\$ 1.600,00 sem a observância do princípio da anualidade.

7.1.5. Não cadastramento no LICON dos contratos de prestação de serviços (Manoel Wanes Machado Peres – ME) e locação de sistemas contábeis (J & w Contabilidade e Sistema Ltda) efetivadas em 2017.

- 7.1.6. Inconsistências contábeis (Ativo Não circulante do balanço patrimonial, os registros efetivados na DRE e o Anexo 16-A).
- 7.2. Pela aplicação de multa sanção no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais) ao senhor Adauto Ferreira de Albuquerque, diretor presidente à época, em decorrência das irregularidades apontadas.
- 7.3. Pela aplicação de multa sanção no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais) ao contador Manoel Wanes Machado Peres em razão das infringências as normas contábeis.
- 7.4. Pela notificação do responsável do resultado deste julgamento.
- 7.5. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 30 de janeiro de 2019.

Cons. **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator